

**HABEAS CORPUS Nº 514.551 - SP (2019/0164480-0)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : EMERSON RUAN FIGUEIREDO DA SILVA**  
**ADVOGADO : EMERSON RUAN FIGUEIREDO DA SILVA - SP367641**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : BRUNO RENATO LEMES (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de BRUNO RENATO LEMES, em face do acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim relatado (fls. 54/55):

O Doutor Emerson Ruan Figueiredo da Silva, Advogado, impetra o presente Habeas Corpus, com pedido de liminar, em favor de BRUNO RENATO LEMES, no qual alega que o paciente sofre constrangimento ilegal, apontando como autoridade coatora, a MM.<sup>a</sup> Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Cruzeiro.

Aduz o ilustre impetrante que o paciente foi preso em flagrante delito no dia 10 de abril de 2019, acusado de supostamente haver praticado o delito capitulado no art. 33, “caput”, da Lei n.º 11.343/06, prisão esta, que foi convertida em preventiva, embora ausentes os pressupostos autorizadores e em decisão carente da devida fundamentação legal, já que a autoridade impetrada não apontou elementos concretos que pudessem indicar a necessidade da adoção da medida.

Sustenta que o paciente está sob a proteção do princípio constitucional da presunção da inocência, é primário, possui bons antecedentes, residência fixa, ocupação lícita, conta com apenas dezoito anos, não integra organização criminosa nem se dedica ao mundo do crime, aduzindo que no caso, a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão é suficiente para resguardar a ordem pública, a regular instrução criminal e a aplicação da Lei Penal.

Considera que cabe ao MM. Juiz a quo indicar, de forma fundamentada, a razão pela qual não entende aplicável, medidas cautelares alternativas à prisão, o que não foi feito no caso em análise.

Argumenta que a quantidade do entorpecente apreendido (maconha) é irrisória e irrelevante no que diz respeito à disseminação das drogas, ressaltando que o paciente não é traficante e que o delito que lhe foi imputado não foi cometido com violência ou grave ameaça.

Pondera que a manutenção de sua prisão preventiva é por demais severa sob o argumento de que se a droga apreendida fosse do paciente, sua conduta estaria prevista no art. 28, da Lei de Drogas, e que, levando-se em consideração a atual situação do sistema carcerário, a manutenção de sua prisão preventiva é por demais severa.

Observa que ainda que o paciente venha a ser condenado, certamente não descontará pena em regime fechado, daí porque, não se justifica a sua permanência na prisão durante toda a tramitação do feito, por entender desproporcional, ressaltando que ele pode ainda ter a sua conduta

desclassificada para o art. 28 da Lei de Drogas ou até mesmo ser absolvido do delito que lhe foi imputado.

Assevera não haver nenhuma vedação legal à concessão de liberdade provisória, embora se trate de acusação por crime de tráfico de entorpecente, Invocando a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requer a concessão da ordem, precedida de liminar, para que o paciente seja agraciado com a liberdade provisória, ou para que a sua prisão seja substituída por medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, expedindo-se o alvará de soltura em seu favor, a fim de que ele possa aguardar a tramitação do feito em liberdade (fls. 01/17).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 10/4/2019 e teve sua prisão convertida em preventiva no dia 11/4/2019 pela prática do crime descrito no art. 33 c/c 40, III, da Lei 11.343/2006.

Sustenta o impetrante, em síntese, ausência dos requisitos ensejadores da prisão preventiva e negativa de autoria.

Aduz, também que ostenta condições favoráveis.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a prisão preventiva ou, subsidiariamente, converter em medidas cautelares diversas da prisão.

Na origem, o processo n. 1500370-21.2019.8.26.0621 encontra-se na fase de apresentação da defesa preliminar, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 7/6/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

No procedimento do *habeas corpus* não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva. As alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Consta no decreto prisional (fls. 13/15):

Vistos. I. Trata-se de cópia de auto de prisão em flagrante de BRUNO RENATO LEMES indiciado pela prática, em tese, de ilícitos capitulados nos arts. 33 e 40, III, da Lei 11.343/06, em razão de fatos ocorridos no dia 10 de abril de 2019, nas circunstâncias de tempo e lugar indicadas no boletim

de ocorrência e notas de culpa. No âmbito da ciência do flagrante, nos termos do disposto no art. 310 do CPP (com a nova redação da Lei 12.403/11), passo a decidir: II. O flagrante está formalmente em ordem, ressaltando-se a juntada de laudo de constatação provisória da droga. Assim, existindo também indícios de autoria (vide teor dos depoimentos das testemunhas) e não sendo caso de relaxamento, isto é, tratando-se de ilícito previsto na Lei de Tóxicos e atenta as circunstâncias referidas no próprio flagrante (houve a apreensão de duas porções de maconha – uma maior e outra menor), acrescento também que não é caso de concessão de liberdade provisória. De fato, ninguém desconhece os graves problemas sociais que vem sendo provocados pelo comércio ilícito de entorpecentes. A par disso, a tipificação dada pela D. Autoridade Policial está fundamentada e, como se sabe, o art. 44 da Lei de Tóxicos e o art. 323, inciso II, do CPP, sequer permite a concessão da liberdade provisória, com ou sem fiança para a hipótese dos autos. Nestes termos, atenta aos informes prestados pelos policiais (houve prévia campanha - inclusive filmagens - e o indiciado já era conhecido pelo seu envolvimento no tráfico), vê-se que sua prisão é indispensável – no mínimo - para a manutenção da ordem pública e conveniência da instrução (ressaltando-se que nas fotografias juntadas se pode ver imagens típicas da movimentação do ilícito comércio – fls. 60 e seguintes). **No caso, as medidas cautelares previstas na Lei n. 12.403/11 não são suficientes para a contenção do custodiado já que ele enquanto menor conta com diversas passagens por atos infracionais equiparados ao tráfico (fls. 24 e seguintes), de modo que o encarceramento igualmente é indispensável para garantia da instrução. A periculosidade exsurge dos antecedentes, destacando-se constar que o custodiado esteve internado na Fundação Casa (informação que hoje também foi confirmada).** As referências trazidas pela Defesa não alteram essa conclusão. Nesse momento de cognição sumária a palavra dos policiais merece especial atenção. A par disso, não se deve minimizar a circunstância qualificadora indicada pela Autoridade Policial (art. 40, inciso III, da Lei de Tóxicos); tudo a militar contra a pretendida liberdade. Por fim, acrescento que a afirmação hoje feita pelo indiciado e relacionada a eventual abuso no momento da prisão está completamente isolada já que no laudo de exame de corpo de delito não há apontamentos de lesões. Assim, só depois do término do inquérito a imputação deverá ser analisada. Nesse momento qualquer deliberação seria precipitada. Nestes termos, com fundamento no art. 310, inciso II, do Código de Processo Penal (nova redação), CONVERTO a prisão em flagrante em PRISÃO PREVENTIVA e, pois, de imediato determino a expedição de mandado de prisão.

Foi impetrado anteriormente o *habeas corpus* 506.195 que tinha por objeto o indeferimento de liminar no *writ* de origem, e no indeferimento dessa ação constitucional entendeu-se que consta no decreto prisional fundamentação que, em um juízo liminar, deve ser considerada idônea, evidenciada na reiteração delitiva, tendo em vista que o paciente já respondeu

por vários atos infracionais equiparados ao tráfico de drogas.

Não se vislumbra a necessidade de mudança do entendimento, porque esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS \_ 5ª T. \_ unânime \_ Rel. Min. Felix Fischer \_ DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG \_ 6ª T. \_ unânime \_ Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura \_ DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG \_ 5ª T. \_ unânime \_ Rel. Min. Laurita Vaz \_ DJe 24/6/2014.

Outrossim, registros criminais anteriores, anotações de atos infracionais, inquéritos e ações penais em curso, e condenações ainda não transitadas em julgado são elementos que podem ser utilizados para amparar eventual juízo concreto e cautelar de risco de reiteração delitiva, de modo a justificar a necessidade e adequação da prisão preventiva para a garantia da ordem pública (RHC 100.793/RR, Sexta Turma, Rel. Ministra Laurita Vaz, DJe. 23/10/2018). No mesmo sentido: RHC 106.136/DF, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 01/03/2019; HC 479.323/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 11/03/2019; HC 441.396/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 14/02/2019.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

**MINISTRO NEFI CORDEIRO**

Relator